

# Um vírus contra os tabus

Oswaldo Braga

Virgindade, sexo antecipado, homossexualidade, fidelidade eram posições sacramentadas, conceitos fechados, verdades sociais e até religiosas. Veio a Aids (gostamos de chamar Sida, expressão preferida pelos restantes novilatinos) e soprou isso para o ar – uma revolução viral que nasceu com a sociedade e seus ministérios estatais, alguns ainda resistentes

O advento da epidemia da Aids/Sida impulsionou uma série de mudanças comportamentais em todo o mundo. Algumas antigas e confortáveis posições tiveram que ser revistas, o que trouxe à tona alguns 'problemas' que foram, durante anos, desconsiderados pelos governos e pelas lideranças sociais.

A virgindade, o sexo antes do casamento, a iniciação sexual dos jovens tiveram que ser revistos em todos os seus aspectos, desde seu conceito de valor, até a reavaliação dos comportamentos sob o prisma da redução de danos. Desde o movimento *hippie*, a "revolução sexual" dos anos 1960/70, os jovens passaram a se permitir viver

sua vida sexual independente de qualquer bênção religiosa ou oficialização civil. Com a Aids/Sida, surge a necessidade de se tratar dessas questões, de se conversar sobre o assunto, de se educar, e os conservadores foram obrigados a reconhecer que os jovens há muito haviam deixado de depender da bênção dos pais ou das igrejas para darem vazão ao seu amor carnal. A máscara foi arrancada. Foram obrigados a reconhecer essa realidade e abrir o diálogo à prática de sexo seguro, sob pena de verem seus filhos e filhas contaminados com o HIV.

A fidelidade conjugal foi outra posição colocada na balança e desmascarada. A contaminação de mulheres casadas, monogâmicas, tem levado os casais a reverem seus conceitos de fidelidade e considerarem a possibilidade de permanecerem juntos, apesar de eventuais 'puladas de cerca', desde que pratiquem o sexo com preservativo. No Brasil, mulheres heterossexuais representavam 44,2% da população contaminada em 1990 e em 2001 esse número já representava 80,8%. Passa a ser preferível uma conversa franca entre marido e mulher, noivos e noivas, namorados e namoradas sobre a prática de sexo seguro, ao risco de se ignorar a possibilidade de aventuras extraconjugais e de uma contaminação indesejada.

A homossexualidade, bastante conhecida da maioria das famílias, porém nunca encarada, foi outro tabu a

emergir. Tratar da questão como algo real e desprovido do puritanismo e da falsa moral conservadora, tornou-se imprescindível no combate à proliferação da epidemia. Era preciso fazer com que os homossexuais resgassem sua auto-estima, tivessem garantida sua cidadania e fossem aceitos, uma vez que era necessário entender os hábitos desse grupo e a forma correta de abordá-los, independentemente ou não de quaisquer conceitos morais. A difusão do sexo seguro entre homossexuais exigia, antes de qualquer coisa, aprender um pouco sobre os hábitos e as práticas desse grupo tão obscuro.

No Brasil, o Ministério da Saúde foi o primeiro a parar de "tapar o sol com a peneira". Reconhece que seria impossível conter a propagação da epidemia da Aids/Sida se não encarasse a questão da homossexualidade e deixasse de colocar o falso moralismo acima da saúde pública. Era preciso tirar a homossexualidade da escuridão, trazê-la à luz, compreendê-la e usar esse conhecimento para a prevenção à Aids/Sida. As famílias teriam que abrir os quatinhos dos fundos, onde escondiam os seus *gays* das vistas da população, e avaliar o que era mais importante: o amor ao ente querido e sua sobrevivência ou o sentimento de vergonha que a sua orientação sexual causava. E a Coordenação de Aids/Sida encarou a questão, provocando arruamentos escandalizados de protestos dos conservadores.

## MÍDIA E HOMOSSEXUAIS

A morte súbita da cantora Cássia Eller, em 29 de dezembro do ano passado, colocou o tema da homossexualidade em destaque na imprensa desde os primeiros dias de 2002. A disputa entre o pai da cantora e sua companheira Maria Eugênia pela guarda do filho de Cássia mobilizou a opinião pública, claramente favorável a que a guarda ficasse com Eugênia (como acabou acontecendo em outubro, por decisão definitiva da Justiça).

Em agosto a revista *Época* dedicou matéria de capa às lésbicas. A partir da realização do programa "Fica Comigo" (espécie de "Namoro na TV" da MTV) com uma candidata lésbica procurando sua parceira, a revista detecta o que classifica como "uma nova maneira" de ser lésbica no Brasil, traduzida na quebra de estereótipos masculinizados e em maior visibilidade.

Até mesmo a imprensa evangélica tratou do tema: a revista *Enfoque Gospel* dedicou matéria de capa ao que

classificou de "o comercial que abalou a família brasileira". Referia-se ao comercial do ministério da saúde em que um rapaz é procurado em casa pelo ex-namorado e obtém todo apoio da família: o pai dispensa o ex-namorado e a mãe consola o filho, dizendo que ele encontrará alguém que o mereça, alguém que use preservativo. A revista recolhe depoimentos de pastores e fiéis, em sua esmagadora maioria críticos do que consideraram uma espécie de "estímulo" ou "incentivo" à homossexualidade. Mas – sinal dos tempos – a revista procura manter-se neutra, equidistante, deixando claro que as opiniões são de responsabilidade dos entrevistados, não do veículo. E mesmo entre esses são raros os ataques diretos ao personagem do comercial ou à postura da família: ao invés disso o argumento adotado é o de que seria preferível outro tipo de propaganda, valorizando, por exemplo, a castidade.

Passa a ser preferível uma conversa franca entre marido e mulher, noivos e noivas, namorados e namoradas sobre a prática de sexo seguro, ao risco de se ignorar a possibilidade de aventuras extraconjugais e de uma contaminação indesejada

reduzi-los sem quebrar a clandestinidade do grupo. É preciso conhecer essa camada da população e aceitá-los, pois é debruçando sobre o problema, encarando-o, que poderá ser combatido.

Ao examinarmos os programas previstos pelo Governo Federal, em sua proposta de Lei Orçamentária para 2003, somente o Ministério da Saúde, pela Coordenação Nacional DST/Aids, e o Ministério da Justiça, pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos,

prevêem ações voltadas para os gays.

O que se percebe é que os homossexuais permanecem considerados somente quando se trata de uma doença – que não é exclusiva do grupo – ou quando se apresentam como vítimas da violência homofóbica. Onde fica a responsabilidade e a participação dos demais órgãos do governo?

O Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, não assume seu papel na capacitação de professores sobre a homossexualidade, entendendo-a e apresentando-a como mais uma possibilidade entre todas as práticas sexuais saudáveis e lícitas. Ou seu papel de promotor de ações de combate direto aos hábitos homofóbicos no ambiente escolar, criando um ambiente de aceitação do aluno homossexual, de forma a garantir o seu aprendizado nos mesmos níveis dos demais alunos.

Outro órgão que precisa assumir os homossexuais e promover ações voltadas para esse público é a Embratur. Seu papel de fomento às atividades turísticas no Brasil, deve, necessariamente, incluir o turismo GLS, segmento que tem garantido a entrada de importantes recursos turísticos em centros receptivos de todo o mundo. O Brasil é um dos mais importantes destinos do turista homossexual e esse segmento já provou ser um dos mais rentáveis, ambicionado por todo o mundo.

Está na hora de tirar a máscara e trazer os homossexuais à luz. Está na hora de o Governo Federal ampliar sua atuação, assumir seu papel e fazer com que os homossexuais sejam incluídos na nossa sociedade, em todos os níveis, desvinculados de doenças e violência.

Oswaldo Braga, pós-graduado em Marketing, presidente do Movimento Gay de Minas (MGM).